

# PMDB tenta evitar adiamento de

Aldoro Sili

## eleição municipal

O comando do PMDB decidiu inviabilizar desde já o movimento pela prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores, negociando, a partir de hoje, uma legislação regulamentando as eleições municipais deste ano para ser aprovada em caráter de urgência pelo Congresso Nacional. Com isto, os dirigentes do PMDB esperam dois resultados a curto prazo: a mobilização de milhares de candidatos a vereador e a prefeito, que, com as regras definidas, iniciariam suas campanhas, tornando a eleição um fato consumado; e a eliminação dos pretextos e argumentos dos prorrogacionistas, que apostam no atraso dos trabalhos da Constituinte.

Nas últimas semanas, a cúpula do PMDB identificou dentro do Governo e na Constituinte e resurgimento com força da proposta de adiamento das eleições. O deputado Antônio Brito, Vice-líder do PMDB avalia esse movimento: "Ele existe, é uma força real, mas seus participantes não assumem publicamente a defesa da prorrogação de mandatos. É uma proposta mal vista pela opinião pública".

Dentro do próprio Governo, não há consenso quanto ao adiamento das eleições municipais. Alguns ministros, como Antônio Carlos

Magalhães e Prisco Viana, são favoráveis, mas o deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo, é contra. E as divergências se estendem à toda base parlamentar governista. Explica-se: os parlamentares que contam com aliados nas prefeituras de sua área influência política são mais receptivos à proposta de prorrogação, em seus municípios não abrem mão da realização das eleições.

### Preocupação

Essas dificuldades enfrentadas dentro do próprio bloco governista enfraquecem também a tese defendida em alguns gabinetes governamentais de realização em 1990 de eleições gerais de vereador a Presidente da República, com mandato de seis anos para o presidente José Sarney. Nas reuniões de avaliação entre ministros e lideranças governistas, como a realizada ontem no Palácio do Planalto, a preocupação central continua ser a de manter a maioria governamental na Constituinte, garantindo o mandato de cinco anos para Sarney. O deputado José Lourenço, líder do PFL, assegura que nessas reuniões coletivas a prorrogação dos mandatos municipais ainda não entrou em pauta.

### Projeto pode ser a solução

Os líderes de todos os partidos tentarão definir, hoje, um projeto de lei, a ser aprovado na Câmara e no Senado em regime de urgência, regulamentando as eleições municipais marcadas para este ano. O projeto único respaldado por todos os partidos, deve ficar pronto dentro de duas semanas. Na reunião as lideranças deverão definir a regulamentação através da fusão de alguns projetos que já estão tramitando na Câmara, com novas propostas.

Esses projetos regulamentam os registros de candidaturas por partidos com registro definitivo e provisório, prazo para o domicílio eleitoral e para a filiação partidária, registro de coligações, definição do número de vagas para candidatos em relação ao número de cadeiras existentes e as convenções para a escolha dos candidatos. Segundo Ibsen Pinheiro, líder do PMDB, nem a propaganda eleitoral escapará de ser regulamentada, com novas normas devendo ser estabelecidas. A regulamentação é necessária agora, sustenta Ibsen Pinheiro, líder do PMDB, eleições municipais de 82 e 85 foi feita especialmente para cada um dos pleitos.

Todos os partidos estarão presentes à reunião e alguns como o PCB, já tem pronto um projeto de lei no qual sugere a ampla participação partidária, domicílio e filiação eleitoral com prazos menores — (cinco meses), modificando a atual que é de um ano e ainda,

a realização de eleição municipal em dois turnos. O PDT, por exemplo, quer mudar a lei eleitoral que estabelece domicílio eleitoral de um ano. O partido pretende suprimir tal exigência, limitando-se à filiação de seis meses.

Três líderes do Centrão, os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Luis Eduardo (PFL-BA) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG) posicionam-se contra o adiamento das eleições municipais. Eles argumentam que a atual Constituição deve ser acatada, ou seja, os prefeitos devem ter mandato de seis anos. O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), todavia, garante que levará hoje à reunião o pensamento de sua bancada: de que as eleições municipais devem ser realizadas em novembro, mas os prefeitos terão mandato apenas de dois anos, com direito à reeleição em 1990.

O Ibsen Pinheiro disse que a regulamentação imediata das eleições será «um antídoto contra as manobras prorrogacionistas» que ele identifica até mesmo dentro do PMDB.

«Estas eleições são as únicas intocáveis. Não podemos deixar nem mesmo a possibilidade de alegação de que o adiamento é inevitável por causa de um atraso na Constituinte. Se não for possível realizar as eleições municipais sob a égide da futura Constituição, nós as faremos sob a Constituição vigente.

### Derzi defende a prorrogação

O líder do Governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS), defendeu ontem a prorrogação das eleições municipais para 1989, coincidindo com o pleito presidencial, e criticou os parlamentares que concordam com esse ponto de vista, "mas não têm coragem de assumir". Esta afirmação foi feita minutos depois de ter se reunido com o presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada, embora o senador tenha ressaltado que o assunto não foi discutido a nível de Governo.

Para Saldanha Derzi, o argumento para defender a prorrogação dos mandatos dos prefeitos é apenas um: "O País não vai

agüentar tantas eleições". Mais abrangente, ele acha que o correto seria a Constituinte aprovar eleições gerais em 89, coincidindo as renovações das prefeituras, assembleias municipais e estaduais, o Congresso Nacional e, por fim, a Presidência da República.

No entanto, o líder do Governo no Senado não vê condições para aprovar a emenda que trata do assunto no plenário da Constituinte devido a atitude das principais lideranças do PMDB contrária a prorrogação de qualquer mandato. "Uma democracia", disse, "temos que nos render a vontade da maioria".